

PARA UMA GENEALOGIA DA FILOSOFIA AMBIENTAL

TOWARD A GENEALOGY OF ENVIRONMENTAL PHILOSOPHY

Dante Carvalho Targa¹

Resumo: O progressivo avanço da crise socioecológica torna cada vez mais premente a necessidade de literalmente pararmos para pensar sobre o tipo de civilização em que estamos vivendo e quais os seus rumos possíveis. Há quase sessenta anos a Filosofia Ambiental tem se dedicado a esta tarefa, examinando criticamente as diferentes relações que vamos estabelecendo com a natureza mais que humana. Ao lado da ecologia política, os primeiros passos da filosofia ambiental se deram a partir de um esforço de articulação e avaliação das ideias e ações do movimento ecologista entre as décadas de 1960 e 70. Um olhar mais acurado sobre a peculiaridade deste contexto histórico nos permite reconhecer a nascente filosofia ambiental na confluência entre: i) o alerta ecológico disparado pela repercussão de obras como Primavera Silenciosa (CARSON, 1962); ii) a inclusão definitiva da temática do meio ambiente na política internacional através da Conferência de Estocolmo (1972); iii) um reavivamento dos ideais preservacionistas norte-americanos promovido pela contracultura. O presente artigo pretende esboçar uma genealogia deste prolífico campo de estudos ainda pouco explorado no Brasil.

Palavras-chave: Ecofilosofia, Preservacionismo, Ética ambiental, Ecologia Profunda, Ecocentrismo

Abstract: *The progressive advance of the socioecological crisis makes the need to literally stop to think about the type of civilization in which we are living and what its possible paths are. For almost sixty years, Environmental Philosophy has been dedicated to this task, critically examining the different relationships we are establishing with more-than-human nature. Alongside political ecology, the first steps of environmental philosophy came from an effort to articulate and assess the ideas and actions of the ecological movement between the 1960s and 70s. A closer look at the peculiarity of this historical context allows us to recognize the early environmental philosophy at the confluence between: i) the ecological alert triggered by the repercussions of works such as Silent Spring (CARSON, 1962); ii) the definitive inclusion of the environment theme in international politics through the Stockholm Conference (1972); iii) a revival of North American preservationist ideals promoted by the counterculture. This article intends to outline a genealogy of this prolific field of studies that is still little explored in Brazil.*

Keywords: *Ecophilosophy, Preservationism, Environmental Ethics, Deep Ecology, Ecocentrism*

¹ Professor universitário e doutorando no programa de Pós Graduação em Filosofia da UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina. Concentração na área de ontologia, com ênfase em Ecofilosofia e estudos transdisciplinares envolvendo Filosofia ambiental.

Introdução

A despeito das várias faces do negacionismo que se avolumam em nosso momento presente (DANOWSKI, 2012), o progressivo avanço da crise socioecológica torna cada vez mais evidente a necessidade de literalmente parar para pensar sobre o tipo de civilização em que estamos vivendo e quais os seus rumos possíveis. Há quase sessenta anos a Filosofia Ambiental tem se dedicado a esta tarefa examinando criticamente as diferentes relações que vamos estabelecendo com a natureza mais que humana (CHIANCHI, 2015) ou seja, aquilo a que nos referimos confusamente como “meio ambiente”, incluindo todos os diferentes ecossistemas, seus fatores bióticos, abióticos e também as dinâmicas que se estabelecem entre eles. O próprio fato de que tendemos a sustentar uma posição ambígua acerca de nossa inclusão nesta totalidade, bem como a cultura que sustenta tal percepção compartilhada, já fazem parte do que se encontra em questão neste campo de pesquisa ainda pouco difundido no Brasil. Reconhecer o mundo não humano como um outro – sobretudo em uma cultura dominante com imensa dificuldade para aceitar o outro – diz muito sobre como nos acostumamos a situar o humano no esquema maior das coisas ao longo da história do pensamento ocidental.

Ao lado da ecologia política, os primeiros passos da filosofia ambiental se deram a partir de um esforço de articulação e avaliação crítica das ideias e ações do movimento ecologista entre as décadas de 1960 e 70 (ZIMMERMAN, 2005). Mas um olhar mais acurado sobre a peculiaridade deste contexto histórico mostra como os primeiros trabalhos e eventos acadêmicos de “filósofos profissionais” acerca da problemática socioecológica resultaram de uma confluência mais ampla de fatores, considerada por alguns como a Revolução Ecológica dos anos 1960 (NICHOLSON, 1970; FOX, 1990; SESSIONS, 1995). Neste sentido, a nascente filosofia ambiental foi não apenas produto, mas também produtora de signos que influenciaram diretamente reflexões e ações no âmbito maior do pensamento ecologista.

Como se pretende mostrar neste artigo, o clima de alerta ecológico lançado por cientistas engajados como Rachel Carson, Paul Herlich e Barry Commoner abriu um intenso debate público, mesclou-se com a contracultura e reavivou antigos ideais preservacionistas, gerando uma intensa movimentação na sociedade civil que veio a projetar-se no cenário político internacional. Mas enquanto o debate sobre a poluição, o esgotamento de recursos naturais e o crescimento populacional ocupava uma posição de destaque no âmbito do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), delineando os contornos do ambientalismo mainstream, a entrada da filosofia na reflexão sobre a problemática socioecológica trouxe um questionamento de maior alcance. O que logo se tornou claro para os primeiros filósofos a se ocuparem destas questões é que na base dos

comportamentos humanos danosos ao ambiente desvelava-se um cabedal de pressupostos axiológicos, epistêmicos e mesmo ontológicos passíveis de análise e revisão. Afinal, teria o bicho homem o direito de submeter toda e qualquer espécie, hábitat e recurso à demanda crescente de suas necessidades nem sempre tão básicas? Em contrapartida, é desejável ou mesmo possível aspirar a viver em um mundo onde toda forma de vida tenha direitos iguais? Quem determina tais direitos e sob quais critérios? Ainda que aqui expressas em uma dualidade caricatural, tais questões são representativas do que Robyn Eckersley (1992) chamou de clivagem antropocêntrico-ecocêntrico nas teorias ecologistas. Elas demarcam o surgimento de uma discussão central para a ética ambiental e a consolidação das ecofilosofias, ou seja, as filosofias ambientais cujo ponto de gravidade é a crítica ao antropocentrismo e o esforço por estabelecer algum tipo de teoria do valor intrínseco da natureza mais que humana.

Trata-se, aqui, de caracterizar brevemente os elementos que confluíram para a origem da filosofia ambiental e destacar algumas publicações e eventos pioneiros que mobilizaram seus debates iniciais, consolidando este novo campo de pesquisa. O problema da clivagem antropocêntrico-ecocêntrico é enunciado em linhas gerais, bem como as diversas vertentes ecofilosóficas e seus traços distintivos.

O alerta ecológico

Em 1962 a bióloga marinha Rachel Carson publica *Primavera Silenciosa*, desencadeando um amplo debate sobre o uso de pesticidas químicos nos EUA e ampliando consideravelmente o escopo do ativismo em defesa do ambiente. Apresentando ao grande público aspectos técnicos da biologia e da ecologia, o livro explicava como o uso desenfreado de pesticidas na agricultura altera os processos celulares das plantas, compromete as populações de insetos e pequenos animais e coloca em risco a própria saúde humana. A pesquisa de Carson colocou sob suspeita a validade da chamada *Revolução Verde*, instigando o debate não apenas sobre o uso de pesticidas, mas sobre a responsabilidade da ciência e os limites do avanço tecnológico. Tornando-se rapidamente um *best-seller*, *Primavera Silenciosa* representou um respaldo científico considerável a vozes visionárias que já há algum tempo se erguiam contra a crença inabalável no progresso material dos países industrializados, como as de Henry David Thoreau, George Santayana e John Muir.

Embora para o grande público o trabalho de Rachel Carson tenha se consagrado como precursor de uma série de outros alertas ecológicos publicados por cientistas na segunda metade do século XX, vale lembrar que ainda em 1948 duas obras inauguravam este gênero. *Our Plundered*

Planet (1948), de Henry Fairfield Osborn Jr., levantava o problema da superpopulação, fazia críticas ao manejo do solo pela agricultura industrializada e já chamava a atenção para o problema dos pesticidas sintéticos. Na mesma linha, *Road to Survival* (1948), de Willian Vogt foi escrito a partir das experiências do autor com estudos sobre a relação entre o clima, população e recursos em países latino-americanos. Sua crítica ferrenha à explosão demográfica associada à mentalidade de crescimento econômico infinito o levaram a afirmar que “a riqueza não é nossa maior conquista, mas nosso maior problema” (VOGT *apud* MANN, 2018). Além disso, um movimento minoritário de rejeição à fertilização artificial do solo já tomava forma pelas vozes de agricultores e pesquisadores desde os anos 50. Segundo Tompkins e Bird (1976, p.241), o fazendeiro britânico Friend Sikes, autor de *Food, Farming and the Future* (1951) tornou-se “inimigo do DDT mais de dez anos antes de Rachel Carlson chocar o mundo com seu *Primavera Silenciosa*”. Especificamente no campo da reflexão filosófica, nem sempre se atenta para o fato de que alguns meses antes do *best seller* de Carson, Murray Bookchin publicara *Our Sintetic Environment* (1962), sob o pseudônimo de Lewis Herber². Segundo Biehl (2015), o livro não só lançava o mesmo alerta sobre os pesticidas, outros contaminantes e os danos ambientais da agricultura industrial, como adentrava à questão política acerca dos interesses sociais e econômicos que sustentavam tais iniciativas. Seus méritos, entretanto, permaneceram eclipsados pelo sucesso alcançado por *Primavera Silenciosa*.

Seja como for, algumas condições específicas fizeram de *Primavera Silenciosa* um fenômeno de comunicação amplamente assimilado pela opinião pública, capaz de mobilizar o contra-ataque da indústria de pesticidas e desencadear acirrados debates no congresso estadunidense, que resultaram na proibição do uso do DDT em 1972. Para Bonzi (2013), o estrondoso sucesso de Carson foi resultado de sua estratégia de retirar a questão dos biocidas da esfera técnico-científica para abordá-la na arena pública, valendo-se de suas habilidades literárias para fazer um o apelo à sensibilidade ecológica dos leitores. Além da questão central sobre os efeitos nocivos dos pesticidas para a saúde humana, a argumentação da autora contribuiu decisivamente para difundir a preocupação com o equilíbrio ecológico e a proteção da biodiversidade considerada em seu próprio valor, independente dos propósitos humanos. Daí que o filósofo norueguês Arne Naess (2005) tenha reconhecido no trabalho e na postura de Rachel Carson os elementos fundamentais de uma *Ecologia Profunda*. Ao mesmo tempo, como mostra Zimmerman (2005), certas passagens de *Primavera*

² Segundo Janet Biehl (2015), Bookchin publica seu livro em 11 de junho de 1962, exatamente na mesma semana em que a revista *New Yorker* publicou a primeira de três edições seguidas dedicada à crítica aos pesticidas, contendo trechos de *Primavera silenciosa*. A publicação integral desta obra só seria lançada três meses depois, em setembro.

Silenciosa sugerem uma crítica à atitude machista de dominação, lançando as sementes dos ecofeminismos.

Seguindo a tendência de alerta, o Secretário do Interior no governo JFK, Stewart Udall publica em 1963 *The Quiet Crisis*, chamando a atenção para os perigos da poluição, o esgotamento dos recursos naturais e a importância da preservação de áreas selvagens. No ano de 1968, outras duas obras causaram impacto e inflamaram as discussões entre especialistas: o ensaio de Garret Hardin na revista *Science*, *The Tragedy of the Commons*, e *Population bomb*, de Paul e Anne Herlich. No mesmo tom alarmista do livro de Willian Vogt estes trabalhos chamavam a atenção para outras dimensões da problemática ecológica, que então começava a ser vista como uma questão de sobrevivência da humanidade. Afinal, em um contexto mundial de acentuado crescimento demográfico, desigualdade social e corrida desenfreada pelo desenvolvimento econômico, os problemas envolvendo a utilização e gestão de recursos naturais revelaram uma intrincada ligação com o debate sobre direitos civis e políticas públicas. A ênfase de alguns destes autores na possibilidade iminente de escassez e na necessidade de intervenção governamental urgente para garantir a regulação do uso dos recursos naturais e controle populacional deu origem à corrente de pensamento conhecida como *sobrevivencialismo*. Segundo Eckersley (1992), no contexto da ecopolítica o sobrevivencialismo teve alguns efeitos colaterais, sobrepondo às reivindicações da nova esquerda por maior participação popular nas questões ambientais uma mensagem de preocupação compartilhada, que resultou em tendências de soluções autoritárias para a problemática socioecológica.

Em 1971 foi a vez de *The Closing Circle*, de Barry Commoner, tornar-se um *best-seller*. Ao mesmo tempo em que trazia ao grande público uma rica exposição da origem e funcionamento da ecosfera na perspectiva da ciência ecológica, a obra abriu um polêmico debate com os sobrevivencialistas. Commoner criticou o foco excessivo no problema da superpopulação e chamou a atenção para o risco de coerção e da opressão dos mais pobres por políticas públicas ambientais assentadas sobre o capitalismo industrial. Para Devall e Sessions (1985, p.87):

O biólogo Barry Commoner foi ainda mais longe do que outros ecologistas em seu ativismo social ao se tornar um candidato à presidência dos Estados Unidos em 1980, concorrendo com a plataforma de mudar toda a direção das políticas ambientais no governo federal.

Um ano mais tarde, o notório *Relatório Meadows (Os limites do crescimento, 1972)* divulgou os resultados de uma análise amparada em projeções computacionais acerca dos impactos do crescimento populacional e do desenvolvimento industrial sobre o ambiente e os recursos naturais. Sua mensagem central era a de que, dadas as condições vigentes de desenvolvimento econômico,

caso o elevado padrão de vida dos países ricos viesse a universalizar-se, “a pressão sobre os recursos não renováveis e a poluição do meio ambiente seria de tal ordem (ou alternativamente, o custo do controle da poluição seria tão elevado) que o sistema econômico mundial entraria necessariamente em colapso (FURTADO, 1998, p.11). Ainda que o tom catastrófico da publicação, associado à sua proposta de “crescimento zero” para todas as nações do planeta, tenha suscitado intensas polêmicas e tentativas de contestação, o fato é que a obra ganhou amplo destaque e figurou como âncora da *Conferência Mundial das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente* em Estocolmo, 1972.

O movimento ambiental *mainstream* e a retomada contracultural dos ideais preservacionistas

A *conferência de Estocolmo* (1972) foi responsável por tornar a preocupação pelas questões ambientais “oficial”, ampliando-a do âmbito do ativismo e das disputas políticas locais para o domínio da política internacional. Em decorrência do debate progressivamente complexificado pela literatura do alerta ecológico, além das primeiras constatações científicas de uma ameaça concreta ao equilíbrio da ecossfera, também as condições de subdesenvolvimento dos países periféricos emergiram como um novo elemento para motivar a percepção compartilhada de que os problemas ambientais não poderiam mais ser pensados e resolvidos nos limites nacionais. Contudo, a proposta de encaminhar políticas transnacionais de regulamentação do ritmo do crescimento econômico esbarrou na acentuada desigualdade entre as nações, que agora transparecia sob uma clara demarcação geopolítica: a clivagem Norte-Sul. Por um lado, o reconhecimento de que o estilo de vida e o modo de produção adotado pelos países ricos do Norte global resultaram em séria ameaça aos recursos naturais sugeria uma atitude de contenção geral do ritmo do desenvolvimento. Por outro, tal atitude representava um injusto empecilho aos países subdesenvolvidos do Sul na corrida contra suas mazelas sociais. Tal corrida, no entanto, projetava-se na mesma trilha da industrialização massiva dos países do Norte, estimulada pela tônica de crescimento acelerado que se seguiu ao pós-Segunda Guerra. Estava então colocada a questão problema *desenvolvimento x meio ambiente*, que cada vez mais se revela como o núcleo de uma crise não apenas ecológica, mas *socioecológica* e de dimensões planetárias.

Talvez possamos compreender a Conferência de Estocolmo como marco de uma outra clivagem envolvendo diferentes abordagens à problemática socioecológica: a discussão dominante (*mainstream*), protagonizada pelo *Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente* e seus interlocutores (Estados, Mercado e Terceiro setor); e *uma tradição minoritária de reflexão teórica e ativismo radical*. Diante da consciência compartilhada dos limites do crescimento, o ambientalismo

mainstream seguiu na direção da busca pelo difícil consenso entre as nações, no sentido de harmonizar a tensão entre desenvolvimento econômico e meio ambiente. Para tanto, novas conferências mundiais a cada década³, tratados e protocolos internacionais⁴, a instauração do controverso conceito de *desenvolvimento sustentável* como diretriz para a governança global, a criação do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC) e o estabelecimento de metas e programas de ação para o enfrentamento da crise socioecológica⁵. Mas a discreta rejeição pela cúpula das Nações Unidas do enfoque teórico do *ecodesenvolvimento*, surgido nos próprios bastidores da Conferência de Estocolmo, fornece um exemplo significativo da noção de tradição minoritária no ecologismo, bem como indícios de causas mais profundas para a crise socioecológica.

Grosso modo, a perspectiva do *ecodesenvolvimento* foi elaborada nos termos de uma *ecosocioeconomia* capaz de se opor à visão economicista do desenvolvimento humano que permanece dominante até o momento presente. Um de seus pressupostos centrais consiste na rejeição do *mimetismo cultural*, ou seja, em não reproduzir nos países em desenvolvimento do Sul o modelo destrutivo consolidado historicamente nos países industrializados do Norte. Na perspectiva de seus primeiros teóricos, como Ignacy Sachs, tratava-se então de disseminar novas propostas de desenvolvimento mais adaptadas à cada realidade local, balizadas pelos princípios da eficiência econômica, justiça social e prudência ecológica (SACHS, 2007). Outro pressuposto é a necessidade de reflexão crítica sobre o consumo e revisão de nossas necessidades “básicas” em favor da dimensão cultural da vida humana; menos enraizada na gratificação material. Daí emerge uma noção estrita de justiça social a partir da qual se postulou um teto de consumo material estabelecido entre os países do Primeiro e do Terceiro Mundo. Como explica Layrargues (1997, p.10): “Enquanto o padrão de consumo dos países subdesenvolvidos aumentasse, o inverso ocorreria com os países desenvolvidos, até que se atingisse, pelas duas pontas, o ponto de equilíbrio-suporte da biosfera”.

Desnecessário dizer que, no âmbito da política internacional, a via do *ecodesenvolvimento* foi preterida (e mesmo sabotada) em favor da narrativa do desenvolvimento sustentável, cujo cerne é a tentativa de adequar a concepção de desenvolvimento enquanto crescimento econômico ao imperativo de preservação do ambiente e manutenção dos recursos naturais. Por certo que os persistentes esforços do PNUMA e os compromissos firmados pelas nações desde Estocolmo foram responsáveis pela ampla difusão da ideia de sustentabilidade global e por uma gama de

³ Após a Conferência de Estocolmo se seguiram Nairobi 1982, Rio 1992, Joanesburgo 2002 e Rio 2012.

⁴ Dentre os mais importantes acordos internacionais estão o *Protocolo de Montreal* sobre a camada de ozônio (1987), o *Protocolo de Kyoto* sobre a emissão de gases do efeito estufa (1997) e seu sucessor, o *Acordo de Paris* (2015).

⁵ Trata-se da *Agenda 21*, dos *Objetivos do Milênio* (ODM), e os mais recentes *Objetivos do Desenvolvimento sustentável* (ODS).

regulamentações jurídicas, políticas públicas e mudanças institucionais sem as quais talvez nem estivéssemos por aqui neste início de século XXI. Contudo, não restam dúvidas de que tais iniciativas ainda não foram suficientes para alterar a rota ecocida (e, portanto, suicida) do nosso modelo dominante de civilização industrialista-consumista transnacionalizada (VIEIRA; GASPARINI, 2020). Em mais de 30 anos desde a sua adoção, o ideal de desenvolvimento sustentável teve um percurso “demasiado sinuoso e ambíguo, acomodado ao *status quo* econômico e sujeito aos ditames do mercado” (GUERRA; SCHMIDT, 2016, p. 158). A prova incontestável do grau de limitação dessa abordagem são as mudanças climáticas, que nas últimas décadas assumiram a dianteira absoluta no rol dos problemas ambientais e figuram literalmente como um *feed-back* do planeta Terra ao nível de eficácia das mudanças implementadas até o momento.⁶

Mas do lado de fora das conferências internacionais, a institucionalização da problemática socioecológica ao longo dos anos 1970 fez surgir uma encruzilhada para o ativismo: enquanto organizações ambientalistas historicamente consolidadas intensificaram sua participação no jogo político, confinando seu espaço de manobra aos limites do sistema legal, a percepção compartilhada da ineficácia das estratégias convencionais e a frustração com a burocratização das primeiras ONG's preservacionistas fez surgir o *ambientalismo radical*. Segundo Chianchi (2015), sobretudo em países com vastas áreas selvagens, como Austrália, Estados Unidos e Canadá, a percepção do progressivo fracasso do ambientalismo *mainstream* para conter a expansão do poder econômico sobre a natureza selvagem foi uma das principais causas deste fenômeno. A outra foi precisamente “a emergência de eco-filosofias como Ecologia Profunda e Ecofeminismo, ambas com [um] discurso filosófico e político” (CHIANCHI, 2015, p.15). Em certo sentido, tal discurso se alinhava com o espírito contestador característico da contracultura. O que se mostrava na base dessa nova onda de ativismo caracterizada por desobediência civil, obstrução e ecosabotagem era uma postura de *grande recusa*, que se projetava muito além da oposição a práticas antiecológicas para questionar o projeto civilizatório tecnoindustrial como um todo. Nos termos de Eckersley (1992, p.19), a problemática socioecológica passa a ser vista como “uma crise de cultura e caráter, e como uma oportunidade de emancipação”.

Uma caracterização satisfatória da inflexão da contracultura sobre o pensamento ecologista nas décadas de 1970 e 1980 está fora do alcance deste artigo. Mas importa acenar para o fato de que, no campo da *práxis*, o assim chamado ambientalismo radical de novas organizações como *Earth*

⁶ Segundo dados da Organização Meteorológica Mundial (WMO, 2020), nos últimos 50 anos, mais de 11.000 desastres foram atribuídos a riscos relacionados ao tempo, ao clima e à água, envolvendo 2 milhões de mortes e US\$ 3,6 trilhões em perdas econômicas. Durante este período, o número de desastres registrados aumentou cinco vezes e as perdas econômicas aumentaram por um fator de sete.

First! (EUA), *Sea Sheperd* (Canadá) e *The Future in Our Hands* (Austrália) resgatou algo importante disperso entre os antigos ideais preservacionistas norte-americanos: uma perspectiva questionadora da cosmovisão humanocentrada, que pretende reconhecer o valor da natureza em seu próprio direito e a necessidade de uma revisão profunda da compreensão que mantemos de nós mesmos e do ambiente que nos cerca. Segundo Devall e Sessions (1985), entre outras origens tal perspectiva pode ser reconhecida na *tradição literária naturalista/pastoral* que partiu dos poetas românticos europeus (Goethe, Blake, Coleridge), alcançou escritores norte-americanos (Emerson, Whitman, Thoreau) e estendeu-se à contracultura dos anos 1960, com autores como Gary Snyder. De fato, os pensamentos de Thoreau imortalizados em *Walden* permaneceram ecoando como uma contribuição duradoura para uma “cultura do selvagem” (*wild*) que ganhou novo fôlego com as comunidades alternativas e outros experimentos contraculturais. Mas sobretudo nos escritos do preservacionista John Muir e, mais tarde, de Aldo Leopold, está esboçada a ideia de um descentramento humano na experiência e valoração da natureza que permaneceu minimizada pelo ecologismo até a emergência da filosofia ambiental.

John Muir teve ativa participação na criação dos primeiros parques nacionais norte-americanos, fundando em 1862 a primeira organização não-governamental preservacionista, o *Sierra Club*. Seus escritos enfatizam a atitude de reverência pela natureza selvagem por seu valor estético e espiritual para os humanos, para além de seu valor de uso. Porém, em seus últimos textos o autor parece ir além dos limites da postura preservacionista tradicional: “O mundo, nós dizemos, foi feito para o homem – uma presunção não suportada por todos os fatos” (MUIR, 2018, p.88). Historiadores ambientais têm recolhido evidências de que as obras mais maduras de Muir sustentam uma perspectiva marcadamente não-antropocêntrica que se alinha com as reflexões ecofilosóficas. De forma similar, Leopold teve o seu *Sand County Almanac* (1949) publicado postumamente logo após encerrar uma vida de luta pela preservação das florestas e da vida selvagem. O obra finaliza com o notório capítulo *Ética da Terra*, que tem fornecido as bases para a reflexão de inúmeros teóricos sobre os moldes de uma ética ambiental ecocentrada.

Segundo Sessions (1995), em 1891 o congresso estadunidense aprovou o ato de reserva florestal; uma aparente vitória das intenções preservacionistas de John Muir. Mas em pouco tempo as reservas florestais passaram a ser chamadas de florestas nacionais e o recém criado serviço florestal adotou a política de conservação de recursos e desenvolvimento defendida por Griford Pinchot. Prevaleceu então a concepção conservacionista de “uso sensato” (*wise use*), que visava o aproveitamento máximo dos recursos, tomando o manejo florestal como extração de madeira através da derrubada da mata nativa e posterior reflorestamento com poucas espécies de crescimento rápido. Assim, a oposição entre o preservacionismo de Muir e o conservacionismo de Pinchot, bem como o

resultado histórico desta disputa, pode ser vista como uma metáfora para as relações que hoje se estabelecem entre o ambientalismo *mainstream* e uma tradição minoritária de pensamento ecologista menos adaptada ao *status quo*. Afinal, o ecologismo trata de conservar o ambiente como forma de garantir recursos duradouros para o atual modelo de desenvolvimento, ou de preservar o ambiente do próprio desenvolvimento? Esta tensão ganha relevo com a emergência da filosofia ambiental.

Para uma genealogia da filosofia ambiental

Às publicações citadas anteriormente é preciso acrescentar outros eventos alinhados com o clima de alerta ecológico, como a persistente campanha midiática do *Sierra Club* contra a proposta de construção de uma barragem dentro do Parque nacional do Grand Canyon (1965-68), o I° dia de Terra (EUA, 1971) e vários outros *happenings* pelo mundo.⁷ Segundo Zimmerman (2005), de todos estes ícones emergiu o reconhecimento de que as ações danosas ao ambiente, para além da mera imprudência humana, possuíam um caráter propriamente imoral. Assim, a discussão filosófica sobre o lugar do humano na natureza — já debatida sob outro prisma desde o século XIX — irrompia a partir do inusitado pano de fundo da crise socioecológica. Sobretudo as implicações éticas deste debate tornou-se o primeiro foco da filosofia ambiental.

Para Brennam (2009, p.372), o clima cultural de crise e destruição do final dos anos 1960, “marcado por temores sobre a guerra nuclear, ameaças de poluição e a conscientização emergente da injustiça social” se refletiu na música *Folk*, nos protestos contraculturais e depois “encontrou expressão menos poética no trabalho acadêmico”. Daí surgem as primeiras reflexões filosóficas sobre as razões mais profundas da crise ecológica. É importante ressaltar que fora do ambiente acadêmico, no circuito *underground* do pensamento anarquista novaiorquino, Murray Bookchin já vinha há algum tempo elaborando as bases de sua ecologia social. Mas obras como *Our sintethic Environment* (1962), *Crisis in Our Cities* (1965) e o manifesto *Ecology and Revolutionary Thought* (1964) não conquistaram a atenção do grande público, tampouco foram reconhecidas prontamente no ambiente acadêmico. Em 1967, contudo, o historiador Linn White Jr. publica na revista *Science* o polêmico artigo *The Historical Roots of Our Ecologic Crisis*, abrindo um debate inflamado sobre a base de valores que historicamente orientou nosso modo de ser e compreender a natureza mais que humana.

⁷ No Canadá a ação direta do *Green Peace* contra os testes com bombas nucleares na ilha de Amchitka (1971); na Noruega, a acampamento de protesto em Mardalsfossem para impedir empreendimentos hidrelétricos na queda d’água mais alta da região (*Mardola action*, 1971); na Austrália o surgimento de ligas de trabalhadores contrários a empreendimentos ecologicamente destrutivos (os *green bans*).

Em seu artigo, White Jr. reconhece na base dos valores judaico-cristãos ocidentais um móbil para a atitude de dominação com a qual temos nos relacionado com a natureza. Sendo o cristianismo “a religião mais antropocêntrica que o mundo alguma vez teve ocasião de testemunhar” (WHITE JR, 1967), a concepção do homem criado à imagem e semelhança de Deus consolidou a justificativa de domínio e comando dos humanos sobre o resto da criação. Também a noção do tempo como uma progressão linear e o esvaziamento do animismo pagão foram responsáveis por projetar a imagem de um mundo natural indiferente às ações humanas, colocado como mero cenário ou repositório para que o homem se desenvolva e alcance a salvação. Segundo White Jr (1967), tais valores gradualmente se combinaram com a técnica e a ciência, de maneira que “o molde da ciência ocidental moderna tem uma matriz de teologia cristã”. Em outras palavras, o *ethos* do ideal científico de progresso do conhecimento por meio da predição e controle da natureza tem suas raízes em uma leitura específica do cristianismo que se tornou dominante no mundo ocidental. Embora *The Historical Roots of Our Ecologic Crisis* soe à primeira vista como uma condenação sumária do cristianismo em termos ecologistas, Linn White Jr. ressalta certas diferenças entre o cristianismo romano, que fundou propriamente o ocidente, das demais vertentes cristãs orientais.⁸ O autor encerra seu artigo apontando elementos para uma visão cristã alternativa passível de harmonizar-se com uma atitude ecologicamente amigável; sobretudo a partir da figura de São Francisco de Assis.

A conclusão sustentada por Linn White Jr. abriu um amplo debate, demarcando os primeiros passos da *ecoteologia*. Mas foi principalmente a questão levantada pelo artigo que permaneceu ressoando e mobilizou alguns filósofos de profissão. Sejam quais forem as origens históricas de nossa atitude arrogante e dominadora em relação à natureza mais que humana, há que se questionar a validade deste *centramento humano*, isto é, o antropocentrismo profundamente arraigado em nossa cultura e suas consequências para o modo como compreendemos e lidamos com o ambiente. Assim, no início da década de 1970 surgem os primeiros cursos e a primeira conferência de ética ambiental (Universidade da Geórgia), dando impulso a uma “notável proliferação de reuniões, seminários, aulas e conferências no mundo de língua inglesa” (BRENNAM, 2009, p.374). Como bem observa Callicott, no mesmo ano de 1973 três artigos seminais abordaram a questão-chave que marcou definitivamente os rumos da filosofia ambiental:

Naquela primavera, o jovem filósofo australiano Peter Singer publicou *Libertação animal* na revista *New York Review Books*. No verão, *O raso e o profundo – um sumário sobre o movimento ecológico de longo alcance* [escrito] pelo distinto filósofo e montanhista norueguês Arne Naess aparece na revista internacional

⁸ É precisamente no cristianismo romano e em sua história que se encontra a íntima relação com a técnica e a ciência, que mais tarde se desdobra em uma cosmovisão ecologicamente problemática. No cristianismo ortodoxo (grego), entretanto, “a visão da Natureza era essencialmente artística, não científica” (WHITE JR., 1967).

de filosofia *Inquiry*. E no outono, outro jovem filósofo australiano, Richard Sylvan (à época Routley) dirigiu a seus colegas no 15º congresso de filosofia em Varna, Bulgária, a seguinte questão: “há a necessidade de uma nova ética, a ética ambiental?” (CALLICOTT, 2005, p. 5).

Cada um a seu modo, os três referidos autores trouxeram para o debate a crítica ao antropocentrismo no que toca às suas limitações para fundamentar uma ética ecologicamente amigável. No cerne deste debate encontra-se a questão sobre os critérios adequados para sustentar um valor intrínseco para a natureza mais que humana. Os três artigos, por sua vez, tornaram-se a fonte para correntes de pensamento distintas, a saber: a corrente da *libertação/direitos dos animais*; a *ecologia profunda*; e um variado grupo de acadêmicos especialistas em *ética ambiental*. Pouco tempo depois, em 1974, Françoise d'Eaubonne cunha o termo *feminismo ecológico* para ressaltar a importância das mulheres na revolução ecológica em curso (WARREN, 2000). Mas o desenvolvimento de diversos ecofeminismos como outra significativa vertente ecofilosófica se deu um pouco mais tarde, nas décadas de 1980 e 90 (WARREN, 2009).

Grosso modo, a crítica comum que a princípio mobilizou estas correntes é a de que os ideais humanistas presentes na base da cultura ocidental — aliados a outros elementos do pensamento moderno, tal como o naturalismo científico — confluíram para estabelecer o ser humano (sobretudo masculino, branco e ocidental) como elemento central e unívoco da comunidade moral. Todavia, “não há bases válidas para a crença de que os humanos são o pináculo da evolução e o único *locus* de valor e significado no mundo” (ECKERSLEY, 1992,p.28). Faz-se necessário rever tais concepções em busca de um novo senso de empatia e prudência em relação à natureza mais que humana. É nesta direção que Singer (1975) denuncia como *especismo* a atitude de submeter todas as demais formas de vida aos propósitos humanos, reivindicando um alargamento da comunidade moral segundo o critério da senciência. Naess, por seu turno, faz um questionamento incisivo dos pressupostos antropocêntricos que sustentaram os discursos de preservação da natureza com ênfase em seu valor de uso. À esta ecologia “rasa” voltada apenas para a luta contra a poluição e o esgotamento dos recursos naturais deveriam se contrapor “preocupações mais profundas que abordam princípios de diversidade, complexidade, autonomia, descentralização, simbiose, igualitarismo e anticlassismo.” (NAESS, 1973, p.95). Já Sylvan passa a argumentar em favor da construção de uma nova ética capaz de sustentar racionalmente o valor intrínseco da natureza mais que humana, isto é, o valor que deve ser atribuído aos seres não humanos em seu próprio direito, independente de sua utilidade ou valor instrumental para nós.

O desafio aos valores antropocêntricos e a proposta de construção de novos parâmetros morais como um pré requisito para o enfrentamento da crise socioecológica converteu-se em um genuíno marco teórico para a ética ambiental e a ecologia política. Em *Environmentalism and*

Political Theory: Toward an Ecocentric approach, Robyn Eckersley (1992) reconhece no processo de maturação das correntes ecologistas e das teorias políticas “verdes” a emergência de uma nova clivagem fundamental que veio a superar a dicotomia tradicional entre direita e esquerda, a saber, a *clivagem antropocêntrico-ecocêntrico*. De fato, as primeiras críticas ao antropocentrismo como matriz da crise socioecológica inauguraram um intenso debate acadêmico. Já em 1974, o australiano John Passmore trava uma disputa com o casal Routley (mais tarde Richard Sylvan e Val Plumwood) ao publicar o polêmico livro *Man's Responsibility for Nature*. Segundo Brennan (2009), ao rejeitar a necessidade de uma nova ética de caráter ambiental e restringir as responsabilidades morais dos humanos aos próprios humanos, Passmore cria o gênero de desafio crítico à narrativa ambientalista e reação às ofensivas contra o antropocentrismo. Em resposta, teóricos norte-americanos como Holmes Rolston III, Baird Callicott e John Rodman, além de Richard Sylvan e Val Plumwood, inspiraram-se nos princípios da Ética da terra de Aldo Leopold para consolidar a ética ambiental como um campo de estudos cuja questão do valor intrínseco da natureza mais que humana permanece como elemento central. Nas palavras de Callicott e Frodeman (2009, p. XXI):

Em oposição ao antropocentrismo de Passmore, a principal busca dos especialistas em ética ambiental desde 1980 — o Santo Graal deste campo, por assim dizer — tem sido encontrar uma teoria plausível e defensável do valor intrínseco, localizada de alguma forma na natureza. Sob a hipótese de que a natureza tenha um valor intrínseco — o que, deve-se dizer, foi desenvolvido de muitas e variadas formas — os objetos naturais ou têm um valor independente dos avaliadores humanos, ou ao menos são avaliados por si mesmos e não por sua utilidade, seu valor instrumental.

Tendo em vista o relevo que a clivagem antropocêntrico-ecocêntrico assume no campo da filosofia ambiental, é compreensível que a maior parte das primeiras reflexões filosóficas acerca da crise socioecológica tenha se concentrado na esfera da teorização moral. Com efeito, das três vertentes originárias supramencionadas, duas se ativeram mais especificamente à reflexão sobre fundamentos axiológicos envolvendo a natureza mais que humana. Segundo Callicott (2005), de início houve uma confluência entre as ideias dos movimentos de libertação animal e do ambientalismo. Contudo, as diferenças foram se tornando mais claras, conforme o foco da atribuição de valor intrínseco recaía sobre os animais não humanos tomados individualmente (seja enquanto seres sencientes ou sujeitos de uma vida), ou sobre os seres vivos em geral e o ambiente como um todo. Neste ponto, os trabalhos de Kenneth Goodpaster, *On Being Morally Considerable* (1978), e de Paul Taylor, *The Ethics of Respect for Nature* (1981) foram um marco importante para a fundamentação de uma perspectiva biocêntrica que expôs as limitações iniciais das éticas animalistas para fundamentar uma ética ambiental. Em *Values in Nature* (1981), Holmes Rolston III também elaborou críticas ao critério da senciência e ao condicionamento do valor da natureza aos interesses

individuais de seres não humanos. Assim, a partir dos anos 1980 éticas animalistas e éticas ambientais passam a divergir em muitos pontos e tendem a se sobrepor e discordar com frequência. Ao menos enquanto filosofias morais, estas duas vertentes têm sido “reconhecidas como campos de estudo separados, cada um com sua própria agenda” (CALLICOTT, 2005, p.6).

Já a ecologia profunda desde o início parece ter enveredado por outra trilha. Segundo Brennam (2009, p.373):

Enquanto Routley e Rolston argumentaram contra o viés antropocêntrico da teoria moral convencional, os primeiros trabalhos de Naess na Ecologia Profunda lançaram dúvida sobre a natureza individualista e descontextualizada de boa parte da Filosofia e Teoria Moral europeia e norte-americana.

Sem ater-se especificamente ao contexto do debate acadêmico sobre a fundamentação de uma ética ambiental, a abordagem da ecologia profunda pretendeu sustentar um escopo mais abrangente. As aspirações de Arne Naess para constituir um movimento ecológico de longo alcance o levaram a abordar uma miríade de temas sob a tônica da revisão radical dos fundamentos da cultura tecnoindustrial moderna. Esta tendência acompanhava a anteriormente mencionada *fase emancipatória do ecologismo* (ECKERSLEY, 1992), onde o foco dos teóricos e ativistas se amplia das temáticas da participação política e do sobrevivencialismo para um questionamento amplo acerca das necessidades humanas, da tecnologia e de nossa autoimagem enquanto humanidade. Em outras palavras, a distinção entre “o raso e o profundo” pretendia colocar em xeque não só as pretensões de solucionar os problemas ambientais mediante ajustes em nosso atual modo de vida, como os próprios ideais civilizatórios que colocam os interesses humanos a frente de quaisquer outras prioridades.

Para Naess, à luz dos *insights* fornecidos pela ciência ecológica, há que se repensar os fundamentos filosóficos que conduziram a humanidade ao estado presente, bem como as limitações ideológicas e psicológicas que essa trajetória nos impingiu. Isto envolveria não apenas uma reorientação ética e política, mas sobretudo uma transição de ordem onto-epistemológica voltada para o modo como experimentamos e concebemos a natureza. Uma vez que a concepção de interdependência ecossistêmica permite entrever uma abordagem na qual tudo está ligado, a intuição do mesmo valor intrínseco de cada ser vivente não estaria restrita à teorização moral. Segundo Katz, Light e Rothenberg (2000, p. XIV), a ecologia profunda

é uma filosofia que se concentra na inter-relação ontológica fundamental e na identificação de todas as formas de vida, objetos naturais e ecossistemas. A ética e a política da ecologia profunda [...] são derivadas dos compromissos ontológicos básicos de uma visão de mundo ecológica profunda.

Este modo singular de conceber a questão do valor intrínseco, sua correlação com outras áreas da filosofia e a abertura para apropriações metafísicas viria a despertar reações muito diversas

no ambiente acadêmico. Por um lado, a crítica incisiva às limitações do pensamento ecológico antropocêntrico e a necessidade de “ir mais fundo” na discussão da problemática socioecológica teve ampla ressonância em um grupo de pensadores que passou a cooperar diretamente com o desenvolvimento da ecologia profunda ou desenvolver suas próprias perspectivas em diálogo com as ideias de Naess e seus apoiadores. Por outro, o caráter deliberadamente vago da formulação dos princípios da ecologia profunda⁹ e a combinação de uma abordagem ecocêntrica com a elaboração de uma base metafísica sugerida pelo conceito naessiano de Auto-realização suscitou inúmeras críticas. Segundo Fox (1990, p.50), “claramente a ecologia profunda exerceu uma extraordinária influência sobre a ecofilosofia acadêmica em termos de sua habilidade tanto de atrair como de repelir.” O extenso debate que daí se seguiu contribuiu inclusive para demarcar melhor a posição de outras correntes ecofilosóficas, como a *Ecologia Social* e o *Ecofeminismo*. Assim, artigos como *Currents in the River of Environmentalism* (Bil Devall, 1977) e o boletim informal *Ecophilosophy Newsletter* (George Sessions, 1976-1984) difundiram a perspectiva de ecologia profunda no ambiente acadêmico norte-americano e australiano, aproximando filósofos como Alan Drengson, Michael Zimmermann e Warwick Fox. Já artigos como *Deeper than Deep Ecology: The Ecofeminist Connection*, de Ariel Salleh (1984), e *Social Ecology versus ‘Deep Ecology’: A Challenge for The Ecology Movement* (1987), de Murray Bookchin, inauguraram um amplo debate e contribuíram para consolidar a presença da ecologia social no meio acadêmico, bem como lançar luz sobre as múltiplas variações e possibilidades para o pensamento ecofeminista.

Infelizmente, nem sempre as oposições entre ecologistas profundos, ecofeministas e ecologistas sociais se deram de uma forma construtiva. Segundo Clark (1995), algumas das interlocuções iniciais entre estas correntes alimentaram polêmicas superficiais e sectárias, em vez de análises mais cuidadosas e compreensivas. Enquanto o objetivo comum deveria ser o de alcançar melhores teorizações e práticas ecologistas, por vezes acabou se resumindo a “ter sucesso em uma defesa sectária dos princípios de nossa ecofilosofia preferida” (CLARK, 1995, p.19). Para este autor, faz-se necessária uma abordagem mais conciliatória, uma vez que o conflito entre as correntes ecofilosóficas tem atrasado a interação criativa e mútua investigação de questões teóricas importantes.

Em 1979, Eugene Hargrove deu início à revista *Environmental Ethics*, periódico que contribuiu decisivamente para a consolidação e institucionalização dos debates em filosofia ambiental. Ao longo da década de 1980, a multiplicação de cursos em universidades, eventos e

⁹ Tomando como diretriz central a diversidade, Naess preocupou-se desde cedo em não restringir o movimento da ecologia profunda a uma única linha de pensamento ou filosofia específica. Os princípios do movimento deveriam manter-se em um nível alto de generalidade capaz de apenas sinalizar a confluência de apoiadores como visões de mundo até mesmo conflitantes.

publicações especializadas intensificou a comunicação entre pares e as diferentes abordagens em filosofia ambiental ganharam maior contorno. Para Brennam (2009), os intercursos entre estas formas distintas de abordar a problemática socioecológica gradualmente ampliaram os horizontes da filosofia ambiental na direção de problemas metaéticos, metafísicos e questões sobre a consciência humana e sua identificação com a natureza mais que humana. Já Zimmerman (2005) chama a atenção para a reciprocidade da crítica ecofilosófica ao antropocentrismo com certos aspectos dos posicionamentos pós-modernos em sua atitude de suspeita contra os ideais e instituições da modernidade. Também a compatibilidade com a abordagem fenomenológica e outros elementos da filosofia continental renunciaram-se no horizonte da filosofia ambiental. A partir dos anos 1990, com o surgimento de novas sociedades de pesquisa, publicações e dezenas de cursos de pós-graduação em universidades dos EUA, Inglaterra, Austrália e Israel, “a filosofia ambiental já pode ser considerada uma nova subdisciplina da filosofia e um foco de pesquisa interdisciplinar” (BRENNAM, 2009, p. 375). Considerando sua abertura inata para o diálogo com a ciência ecológica e a continuada urgência de uma reflexão crítica capaz de mobilizar não apenas o campo do saber, mas também o dos valores e da ação prática, Callicott e Frodeman (2009, p. XXIII) expressam sua perspectiva pessoal sobre os rumos da filosofia ambiental:

Nós não imaginamos, nos apressamos em dizer, que toda ética e filosofia futuras serão éticas e filosofias ambientais. Mas a ética e a filosofia ambiental são as precursoras da forma mais generalista que a filosofia provavelmente assumirá no futuro. Toda filosofia futura, assim como a filosofia ambiental no presente, irá provavelmente olhar para fora em direção às outras disciplinas — em vez de apenas para dentro de si própria — como um componente vital de resolução interdisciplinar.

Considerações finais

Acompanhando os desdobramentos sociais, políticos e culturais da emergência da crise socioecológica ao final do século XX, a filosofia ambiental ganhou contorno frente a um complexo de elementos. Ao início dos anos 1970, a confluência entre o alerta ecológico disparado por cientistas engajados, a evolução do ambientalismo *mainstream* no cenário político internacional e uma nova onda de ativismo motivada pela contracultura criou o ensejo para um questionamento radical das bases axiológicas e das cosmovisões que ainda nos orientam em nossa relação com a natureza mais que humana. Neste momento, a reflexão filosófica mostrou-se como a ferramenta certa para recuperar certos elementos dispersos nos antigos ideais preservacionistas norte-americanos e propor uma reorientação estrutural do modo como pensamos, valoramos e mesmo percebemos e sentimos o mundo não humano.

Esta chave de leitura aqui proposta não pretende criar um abismo entre o debate dominante sobre a problemática socioecológica e a filosofia ambiental. Por certo que há espaço para interlocuções e cooperação mútua na medida em que é preciso intervir em todas as direções. É dever do filósofo, contudo, sempre chamar a atenção para outras possibilidades e modos de ser. E diante das evidências diárias do fracasso em tentar acomodar a saúde ecossistêmica aos moldes da civilização tecnoindustrial, nos perguntamos se já não passou da hora de levar a sério propostas de verdadeiras transformações na ordem vigente.

Ainda em seus primórdios, a emergência da crítica incisiva ao caráter marcadamente antropocêntrico e utilitarista da conduta humana em relação ao ambiente e às demais formas de vida trouxe para a filosofia ambiental uma clivagem. Embora tenha reunido um contingente significativo de teóricos, tal crítica não é uma unanimidade e certos autores argumentam na linha da inescapabilidade do antropocentrismo e da incoerência das tentativas de atribuir valor intrínseco à natureza (THOMPSON,1983; McCLOSKEY,1982). Ainda assim, perspectivas biocêntricas e ecocêntricas continuam a ser desenvolvidas como alternativas relevantes, talvez imprescindíveis, para uma reorientação do lugar do humano no cosmos, de modo a fazê-lo repensar seu comportamento ecologicamente nocivo. Ao lado da discussão ética, entretanto, outras grandes questões passaram a expandir o escopo das pesquisas em direção às demais áreas do pensamento filosófico. Neste início de século XXI, podemos conceber a filosofia ambiental como uma abordagem acadêmica que, à luz da problemática socioecológica, revisita a tradição ética, epistemológica, ontológica e estética do pensamento ocidental com um olhar crítico e aberto à integração interdisciplinar.

Referências

- BIEHL, J. *Ecology or Catastrophe: The life of Murray Bookchin*. New York: Oxford University Press, 2015.
- BONZI, R. Meio século de Primavera silenciosa: um livro que mudou o mundo. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, n. 28, jul./dez. 2013, p. 207-215.
- BRENNAM, A. Environmental Philosophy V – Contemporary Philosophy. In: CALLICOTT, FRODEMAN. *Encyclopedia of environmental ethics and philosophy*. [S.l]: Macmillan, 2009. p.372-381.
- CALLICOTT, J. B. Environmental Ethics – Introduction. In: ZIMMERMAN, M. (Ed.) *Environmental Philosophy: From Animal Rights to Radical Ecology*. Upper Saddle River: Prentice Hall, p. 5-1, 2005.
- CALLICOTT, J.B. ; FRODEMAN, R. *Encyclopedia of environmental ethics and philosophy*. [S.l]: Macmillan, 2009.

- CHIANCHI, J. *Radical Environmentalism, Nature, Identity and More-the-human Agency*. London, Palgrave, 2015.
- CLARK, J. Not Deep Apart. *The Trumpeter*. V. 12,n 2, 1995, p.96-104.
- DANOWSKI, D. . O hiperrealismo das mudanças climáticas e as várias faces do negacionismo. *Sopro* (Panfleto Político-Cultural) – Ed. Cultura e Barbárie: Florianópolis, abr. 2012, p. 2 – 11.
- DEVAL, B. ; SESSIONS, G. *Deep Ecology: Living As If Nature Mattered*. Salt Lake City: Peregrine Smith Books, 1985.
- ECKERSLEY, R. *Environmentalism and Political Theory: Toward an Ecocentric approach*. London: UCL Press, 1992.
- FOX, W. *Toward a Transpersonal Ecology: Developing new foundations for environmentalism*. Boston, London: Shambala, 1990.
- FURTADO, C. *O Mito do Desenvolvimento Econômico*. São Paulo: Paz e Terra, 1998.
- GUERRA, J. C.; SCHMIDT, L. Concretizar o Wishful Thinking : dos ODS à COP 21. *Ambiente & Sociedade*. v.XIX, n. 4, out.-dez. 2016, p. 157-174.
- KATZ, E.; LIGHT, A.; ROTHENBERG, D. *Beneath the Surface: Critical Essays in the Philosophy of Deep Ecology*. Cambridge/Massachussets/London: MIT Press, 2000.
- LAYRARGUES, P. P. Do ecodesenvolvimento ao desenvolvimento sustentável: evolução de um conceito? *Proposta*, v.25, n.71, 1997, p.5-10.
- MANN, C.C. *The Wizard and the Prophet: Two Remarkable Scientists and Their Dueling Visions To Shape Tomorrow's World*. New York: Alfred A. Knopf, 2018.
- MCCLOSKEY, H.J. Ecological Ethics and its Justification: a Critical Appraisal. In: MANNISON *et al. Environmental Philosophy*. Camberra:Australian National University,1982, p. 65-87
- MUIR, J. *A thousand-mile walk to the Gulf*. Mineola, New York : Dover Publications, 2018.
- NAESS, A. A note on the prehistory and history of the Deep Ecology Movement. In: GLASSER, H; DRENGSON, A. (Ed.) *Selected Works of Arne Naess*. Dordrecht: Springer, 2005, v.10, p. 89-92.
- NAESS, Arne. The Shallow and the Deep, Long-Range Ecology Movement. A Summary. *Inquiry*, 16:1, 1973,. p. 95-100.
- NICHOLSON, M. *The environmental revolution: a guide for the new masters of the world*. London: Hodder & Stoughton, 1970.
- SACHS, I. *Rumo à ecossocioeconomia: Teoria e prática do desenvolvimento*. São Paulo: Cortez, 2007.
- SESSIONS (org.) *Deep Ecology for the Twenty-first Century*. Boston, London: Shambhala, 1995.
- THOREAU, H. D. *A desobediência civil / Walden ou vida nos bosques*. Porto Alegre: L&PM, 2016.
- TOMPKINS, P. , BIRD, C. *A vida secreta das plantas*. São Paulo: Círculo do Livro, 1976.

- THOMPSON, J. Preservation of Wilderness and the Good Life. In: R. Elliot and A. Gare (eds), *Environmental Philosophy*. St Lucia: University of Queensland Press, 1983, p.85-108.
- VIEIRA, P; GASPARINI, M. Ainda podemos escapar do Homo destructor? Um apelo à lucidez e à coragem. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, v. 53, jan./jun. 2020, p. 102-106.
- WARREN, K. *Ecofeminist Philosophy: A Western Perspective on What It Is and Why It Matters*. Rowman & Littlefield Publishers, 2000.
- WARREN, K. Ecological Feminism. In: CALLICOTT, FRODEMAN. *Encyclopedia of environmental ethics and philosophy*. [S.l]: Macmillan, 2009, p.228-236.
- WHITE JR, I. The Historical Roots of Our Ecological Crisis. *Science*, v.155, 1967,n.p.
- ZIMMERMAN, M. (org.) *Environmental Philosophy: From Animal Rights to Radical Ecology*. Upper Saddle River: Prentice Hall, p.1- 4, 2005.